



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Relatório de Votação na Especialidade

Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

ÍNDICE

<u>1. INTRODUÇÃO</u>	<u>3</u>
<u>2. RECOLHA DE CONTRIBUTOS.....</u>	<u>4</u>
<u>3. AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS</u>	<u>5</u>
<u>4. VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE.....</u>	<u>7</u>

1. INTRODUÇÃO

A [Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª \(GOV\)](#) – *Aprova o Orçamento do Estado para 2014*, votada e aprovada, na generalidade, em sessão plenária ocorrida a de 1 de novembro de 2013, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) nesse mesmo dia, para apreciação e votação na especialidade.

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 12.º-F da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho), bem como do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República, a Proposta de Lei foi discutida em Plenário e votada em Comissão.

Nos termos do estatuído no n.º 4 do artigo 168.º da Constituição da República Portuguesa, não se verificou a necessidade de proceder à remessa para Plenário de artigos da proposta de lei (e respetivas propostas de alteração), para efeitos da respetiva votação na especialidade, procedendo-se apenas à remessa da proposta de alteração n.º 230C, por propor a alteração da [Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro](#), que *Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais*.

O processo de tramitação parlamentar da Proposta de Lei do Orçamento do Estado tem vindo a ocorrer de forma desmaterializada desde há alguns anos, pelo que todo o processo de apreciação e votação na especialidade da proposta de lei suprarreferida, em sede da Comissão, decorreu com recurso à aplicação informática desenvolvida para esse efeito, da qual constam o articulado e mapas da proposta de lei, a legislação nela citada referente a diplomas a alterar, bem como todas as propostas de alteração apresentadas.

Nestes termos, as propostas de alteração apresentadas pelos Senhores Deputados foram submetidas eletronicamente, tendo o seu registo, tratamento e ordenação para efeito de elaboração do respetivo guião de votações e dossiê de acompanhamento sido, igualmente, efetuado eletronicamente. A aplicação foi atualizada, em tempo real, com a informação relativa aos desenvolvimentos da votação na especialidade, guiões de votação (de articulado e mapas) e dossiês de acompanhamento e, naturalmente, os respetivos resultados das votações efetuadas.

Através de uma [página internet](#) específica para o Orçamento do Estado para 2014, a Comissão disponibilizou toda a informação do processo orçamental, vários documentos de trabalho, os pareceres emitidos pelas Comissões parlamentares permanentes e o relatório final da Comissão, os pareceres emitidos por diversas entidades externas, e ainda os documentos setoriais remetidos pelo Governo para efeitos das audições em sede de especialidade, no decorrer da apreciação da iniciativa.

2. RECOLHA DE CONTRIBUTOS

Nos termos legais e regimentais previstos, a Comissão solicitou a pronúncia da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Associação Nacional de Freguesias, do Conselho das Finanças Públicas e dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas. Relativamente às Regiões Autónomas, e nos termos estatuídos por lei, foram igualmente remetidas todas as propostas de alteração incidentes sobre normas relativamente às quais os respetivos órgãos se tinham pronunciado, bem como sobre disposições da sua esfera de competências e/ou interesse.

A Comissão solicitou, igualmente, o parecer do Conselho Económico e Social e da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Para os efeitos previstos na Lei em matéria de trabalhos preparatórios de legislação laboral, a Comissão deliberou, adicionalmente, solicitar a publicação da proposta de lei para efeitos de apreciação pública da proposta de lei, que decorreu entre 18 de outubro e 6 de novembro e no âmbito da qual foram recebidos diversos contributos.

Todos os contributos recebidos foram publicitados na [página](#) da Comissão.

3. AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS

No âmbito da apreciação na especialidade da proposta de lei, e em conjunto com as Comissões parlamentares competentes em razão da matéria, a COFAP realizou [audições](#) com os membros do Governo, nos termos do número 1 do artigo 211.º do Regimento da Assembleia da República:

Data	Membro do Governo
2013-11-13	Ministra de Estado e das Finanças; Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais; Secretário de Estado da Administração Pública; Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento; Secretário de Estado das Finanças
2013-11-12	Ministro da Educação e Ciência; Secretário de Estado do Ensino Superior; Secretário de Estado da Ciência; Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar; Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário
2013-11-12	Ministro da Economia; Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações; Secretário de Estado Adjunto e da Economia; Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade; Secretário de Estado do Turismo
2013-11-11	Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social; Secretário de Estado do Emprego; Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social
2013-11-08	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros; Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação; Secretário de Estado dos Assuntos Europeus; Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
2013-11-08	Ministro da Administração Interna; Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna; Secretário de Estado da Administração Interna
2013-11-07	Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional; Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional; Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural; Secretário de Estado para a Modernização Administrativa; Secretário de Estado da Administração Local
2013-11-07	Secretário de Estado da Cultura
2013-11-06	Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares; Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade; Secretário de Estado do Desporto e Juventude

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

2013-11-06	Ministra da Agricultura e Mar; Secretário de Estado da Agricultura; Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural; Secretário de Estado do Mar; Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar
2013-11-05	Ministra da Justiça; Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça
2013-11-05	Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia; Secretário de Estado do Ambiente; Secretário de Estado da Energia; Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza
2013-11-04	Ministro da Defesa Nacional; Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional
2013-11-04	Ministro da Saúde; Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde; Secretário de Estado da Saúde

Adicionalmente, a Comissão levou a cabo um conjunto de outras audições, no âmbito da apreciação da iniciativa:

Data	Entidades
2013-11-04	ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
2013-11-05	ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias
2013-11-11	Conselho das Finanças Públicas
2013-11-11	CES – Conselho Económico e Social

A Comissão concedeu, também, [audiências](#) a todas as entidades que o solicitaram:

Data	Entidades
2013-11-14	Comissão de Trabalhadores dos CTT
2013-11-14	Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom
2013-11-13	SNESup - Sindicato Nacional do Ensino Superior
2013-11-13	Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

- 2013-11-13 Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos
- 2013-11-13 Delegação de Deputados de Cabo Verde
- 2013-11-13 Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais
- 2013-11-12 EMPOR - Importação e Exportação SA;Scandinavian Tobacco Group; Arnold André - The Cigar Company; SREI - Exportação, Importação e Representações, Lda.
- 2013-11-12 ESTA - European Smoking Tobacco Association
- 2013-11-12 CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
- 2013-11-12 Sindicatos Independentes dos Transportes (SNM, SMAQ, STTM e SFRCI)
- 2013-11-11 Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom
- 2013-11-11 Comissão de Trabalhadores da Fidelidade Companhia de Seguros
- 2013-11-11 Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos
- 2013-11-08 Associação Sindical dos Juízes Portugueses
- 2013-11-07 AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
- 2013-11-07 APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios
- 2013-11-07 AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos

4. VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

As votações na especialidade ocorreram nas reuniões da Comissão dos 21, 22 e 25 de novembro, tendo contado com a presença dos Senhores Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento (21, 22 e 25 de novembro) e dos Assuntos Fiscais (25 de novembro).

Na votação do artigo 1.º e respetivos mapas anexos, a Comissão deliberou que esta abrangia, indiciariamente, as alterações (decorrentes de propostas de alteração aprovadas) do articulado e de mapas da proposta de lei, a serem formalmente integradas nos mapas correspondentes, com a devida fundamentação, para efeitos de fixação da redação final.

O registo de votações em Comissão é parte integrante deste relatório, sendo publicado na [página internet](#) da Comissão, conjuntamente com o relatório.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Assembleia da República, 26 de novembro de 2013.

O Presidente da Comissão

Eduardo Cabrita